



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 4356/2026-76 (COMPLEMENTAR)

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 035/2026, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Graça Albaran

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Administração presta os esclarecimentos a seguir, com base nas informações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Coordenação de Assistência Farmacêutica, apresenta as seguintes informações:

1. Relação atualizada dos medicamentos em falta, com indicação de nome, dosagem/apresentação e local:

Informa-se que não há uma relação fixa e permanente de medicamentos em falta, tendo em vista que o abastecimento é dinâmico e sujeito a variações constantes.

As eventuais indisponibilidades são pontuais e podem atingir diferentes unidades da rede, conforme o fluxo de distribuição e reposição de estoque, não sendo possível estabelecer, em caráter estático, uma listagem consolidada, uma vez que a situação é continuamente monitorada e atualizada pela Assistência Farmacêutica.

2. Informação sobre há quanto tempo perdura a falta de cada medicamento e suas causas:

As eventuais faltas possuem duração variável, a depender do fator que as ocasiona.

Conforme informado tecnicamente, as principais causas identificadas são externas à governabilidade municipal, destacando-se:

- descontinuidade de fabricação de determinados medicamentos pela indústria farmacêutica;
- escassez de insumos no mercado nacional e internacional;
- atrasos no fornecimento por parte de outros entes federativos, especialmente no âmbito do Componente Especializado (Alto Custo);

- descumprimento de prazos por fornecedores contratados;
- impactos logísticos na cadeia de distribuição, incluindo períodos sazonais.

3. Previsão para regularização do fornecimento, com estimativa de prazos:

A previsão de regularização está diretamente condicionada à normalização da cadeia de fornecimento, especialmente no que se refere à disponibilidade no mercado e ao cumprimento dos prazos pelos fornecedores e demais entes responsáveis.

Dessa forma, não é possível fixar prazos únicos e definitivos, sendo que a regularização ocorre de forma gradual, conforme a reposição dos estoques e a retomada da oferta dos itens no mercado.

4. Medidas emergenciais ou alternativas adotadas pelo Município:

O Município tem adotado, de forma contínua, medidas técnicas e administrativas para mitigar os impactos à população, dentre as quais destacam-se:

- atuação da Comissão de Farmácia e Terapêutica na definição de alternativas terapêuticas seguras;
- realização de aquisições emergenciais, inclusive de medicamentos não originalmente previstos como de responsabilidade municipal, para garantir a continuidade dos tratamentos;
- priorização de medicamentos essenciais e de suporte à vida;
- monitoramento permanente dos estoques e adoção de medidas administrativas para recomposição do abastecimento;
- aplicação de sanções administrativas a fornecedores em caso de descumprimento contratual.

Por fim, destaca-se que o abastecimento de medicamentos no âmbito do SUS envolve múltiplos níveis de responsabilidade (municipal, estadual e federal), sendo que o Município de Jaguariúna tem adotado todas as providências necessárias para garantir a continuidade da assistência à população, mesmo diante de fatores externos que impactam a cadeia de fornecimento.

São essas as informações que se apresentam para o momento.

Renovam-se os votos de elevada estima e distinta consideração

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 26/03/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1067674** e o código CRC **DFEE7061**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00004356/2026-76

SEI nº 1067674